

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.564.895 - RJ (2019/0241216-0)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
EMBARGANTE : CARLOS JORGE RAMALHO DE ASSUMPCAO
EMBARGANTE : SUELI LIMA DE ANDRADE ASSUMPCAO
EMBARGANTE : CILANA RAMALHO DE ASSUMPCAO
EMBARGANTE : VIVIAN RAMALHO DE ASSUMPCAO
ADVOGADOS : CARLOW NUNES VARGAS - RJ146005
DANIEL ALMEIDA VARGAS E OUTRO(S) - RJ167540
DIEGO ESTEVES LIMA - RJ185974
EMBARGADO : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADO : STHEFANY ZUMPICHIATTI GUIMARÃES DOS ANJOS E OUTRO(S) - RJ179335

DECISÃO

1. Trata-se de embargos de declaração opostos por CARLOS JORGE RAMALHO DE ASSUMPCAO E OUTROS contra decisão de fls. 474-478, que negou provimento ao agravo.

Nas razões do recurso (fls. 480-485), a parte embargante alega omissão na decisão embargada *"sobre a divergência de entendimentos entre os julgados proferidos pela própria Vigésima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, mais especificamente sobre a divergência de entendimentos nas decisões proferidas pela Desembargadora Relatora Andrea Fortuna Teixeira, pertencente à menciona Câmara Cível"*. Insurge contra a inexistência de negativa de prestação jurisdicional e o entendimento de que o acórdão recorrido estaria em conformidade com a jurisprudência do STJ, arguindo que não houve manifestação sobre a divergência de entendimentos entre os julgados recentes da própria Desembargadora relatora. Aduz que *"em julgados recorrentes em casos semelhantes ao dos autos, a Desembargadora Relatora da 24ª Câmara Cível do TJRJ sempre entendeu pela ocorrência de danos de ordem moral quando do encerramento de contas bancárias sem motivo plausível. Contudo, o caso dos autos foi tratado de forma diversa, não sendo, inclusive, o entendimento que reflete o do Superior Tribunal de Justiça"*. Pede o acolhimento dos embargos de declaração.

Decido.

2. De início, observa-se que o art. 1.022, e seus incisos, do CPC/2015, claramente prescrevem as quatro hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, tratando-se de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que patente a existência de (1) obscuridade, (2) contradição, (3) omissão no julgado, incluindo-se nesta última as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida, e por derradeiro, (4) o erro material.

Nenhum desses vícios se faz presente na decisão ora embargada.

2.1 Na espécie, a lide recursal foi decidida de forma clara e fundamentada da seguinte forma:

"2. Não se verifica, no caso, a alegada vulneração do art. 489 do CPC/2015, porquanto a Corte local apreciou a lide, discutindo e dirimindo as questões fáticas e jurídicas que lhe foram submetidas. O teor do acórdão recorrido resulta de exercício lógico, ficando mantida a pertinência entre os fundamentos e a conclusão.

Na espécie, a Corte local apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes, lançando fundamentação jurídica sólida para o desfecho da lide, apenas não foi ao encontro da pretensão da parte recorrente, o que está longe de significar ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

A propósito:

[...]

3. Quanto ao dissídio jurisprudencial suscitado, observa-se que o conhecimento do recurso fundado em divergência jurisprudencial pressupõe a demonstração analítica da alegada divergência. Para tanto, faz-se necessário a transcrição dos trechos que configurem o dissenso, mencionando as circunstâncias que identifiquem os casos confrontados, ônus do qual não se desincumbiu a parte recorrente.

Nesse sentido o AgRg no Ag 1004354 / RS, Relator Ministro Carlos Fernando Mathias (Juiz convocado do TRF 1ª Região), DJe 04.08.2008 e o AgRg no Ag 657431/SC, Relator Ministro Fernando Gonçalves, DJe 23.06.2008.

Com efeito, no presente caso, a parte recorrente apenas transcreve as ementas dos acórdãos paradigmas, não realizando o necessário cotejo analítico do dissídio jurisprudencial.

3.1 Ademais, verifica-se que a Corte local, com base nos elementos fático-probatórios dos autos, concluiu pela não comprovação pelos recorrentes dos danos morais. Segue trecho do acórdão recorrido (fl. 321):

[...]

Desse modo, verifica-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ, impedindo o conhecimento do recurso.

A propósito, "*A revisão do entendimento do tribunal de origem acerca da não configuração do dano moral demanda o reexame de matéria fático-probatória, procedimento inviável em recurso especial (Súmula nº 7/STJ).*" (AgInt no AREsp 737.072/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/12/2018, DJe 14/12/2018)

Impõe-se anotar que a incidência da Súmula 7/STJ prejudica o exame do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional. Nesse sentido: REsp 1.086.048/RS, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, julgado em 21/06/2011, DJe de 13/09/2011; EDcl no Ag 984.901/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma,

julgado em 16/03/2010, DJe de 05/04/2010; AgRg no REsp 1.030.586/SP, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 30/05/2008, DJe de 23/06/2008.

3.2 Acresce especificamente em relação aos julgados paradigmas do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que incide também o enunciado nº 13 da Súmula do STJ: "A divergência entre julgado do mesmo Tribunal não enseja recurso especial".

3.3 Outrossim, constata-se que o acórdão recorrido está em conformidade com atual jurisprudência do STJ quanto à possibilidade de encerramento de conta-corrente pela instituição financeira após notificação prévia:

[...]

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo."

Como se vê, no presente caso, não há omissão a ser sanada, nem qualquer outro vício a ensejar embargos de declaração, de modo que todos os pontos necessários ao desate da controvérsia foram abordados, de forma clara, coerente e lógica, inclusive foi abordado expressamente o alegado dissídio jurisprudencial.

Nota-se que constou da decisão embargada que, em relação à alegada divergência jurisprudencial, não houve a demonstração analítica dela, a incidência da Súmula 7 do STJ, a conformidade do acórdão recorrido com atual jurisprudência do STJ quanto à possibilidade de encerramento de conta-corrente pela instituição financeira após notificação prévia, bem como a incidência da Súmula 13 do STJ especificamente aos julgados paradigmas do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Observa-se que não é omissa a decisão embargada que, embora com fundamentação contrária ao interesse da parte, desata a questão jurídica posta em juízo.

De fato, sob pretexto de omissão, a parte busca a alteração do resultado do julgamento do agravo; porém, essa pretensão não caracteriza vício de omissão, mas sim mero inconformismo da parte embargante.

A parte embargante, na verdade, deseja a rediscussão da matéria, já julgada de maneira inequívoca. Essa pretensão não está em harmonia com a natureza e a função dos embargos de declaração.

Desse modo, ressalta-se que os restritos limites dos embargos de declaração não permitem rejugamento da causa, como pretende a parte embargante, sendo certo que o efeito modificativo pretendido somente é possível em casos excepcionais e uma vez comprovada a obscuridade, contradição, omissão ou erro material do julgado, o que não se aplica ao caso concreto pelas razões acima delineadas.

3. Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 25 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator